

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: NA LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO SOCIETÁRIO.

Janaina Nunes Sousa
Bernardino de Araújo¹
Gildo Lopes de Souza²
Valderluce Albuquerque
e Silva³

RESUMO

Embora o debate sobre a Educação Popular tenha surgido no Brasil em pleno período desenvolvimentista na década de 40, é notável que sua efetivação ainda seja um desafio, sendo necessário problematizar os entraves que impedem seu avanço nos mais diversos espaços dos saberes. No entanto, este trabalho tem como objetivo apresentar a Educação Popular como elemento fundamental no fortalecimento dos movimentos sociais e políticas públicas, capaz de colaborar para transformação da atual conjuntura da sociedade em um projeto societário mais participativo e com menos desigualdade social. Da mesma forma, é necessário desenvolver o diálogo em direção da Educação popular para apropriação da consciencia de classes, bem como, o antagonismo de interesses que envolvem a correlação de poder existente entre si. Seria possível a Educação Popular romper com os interesses hegemônicos que determinam essa relação de poder, e assim consolidar o exercício da cidadania? Para elaboração deste artigo utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, fundamentada por estudos e conhecimentos já produzidos e de abordagem exploratória para análise e explanação do tema. Os fundamentos reunidos e analisados ao decorrer do texto, permitirá evidenciar tendências conservadoras da seletividade e hierarquização introduzidas em propostas pedagógicas para controle e manutenção do sistema de cerceamento da práxis libertadora.

Palavras-chave: Educação popular, Movimentos sociais, Democracia, Projeto societário.

¹ Docente do Curso de **Serviço Social** da Faculdade Luso Brasileira - FALUB, Especialista em Gestão Pública pela Universidade de Pernambuco – UPE, Especialista em Serviço Social na Educação pela FARESE - jnasocial@gmail.com;

² Docente do Curso de **Serviço Social** da Faculdade Luso Brasileira - FALUB, Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco – PPGE/UPE - prof.gildo.falub@gmail.com;

³ Docente do Curso de **XXXXXX** da Faculdade Luso Brasileira - FALUB, Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco – PPGE/UPE - valalbuquerque37@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O presente artigo irá tratar sobre a relação da Educação Popular (EP) e os Movimentos Sociais como instrumentos que possibilitam a ampliação e efetivação da participação das classes populares nos espaços políticos de luta, uma vez que este é permeado pelo conflito de interesses. No entanto, essa participação das classes populares estaria organizada para atuar de forma articulada e preparada intelectualmente para o debate contra o discurso hegemônico do capital global no contexto sociocultural. A discussão sobre esse tema tem como objetivo apresentar um breve histórico da educação popular e suas contribuições enquanto elemento educacional fundamental para consolidação dos Movimentos Sociais na formulação de um novo projeto societário. Aborda-se a importância do compartilhamento dos saberes como método essencial para efetivação de uma transformação social, comprometida com as demandas das classes mais vulneráveis e oprimida da atual sociedade capitalista. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória, de natureza básica, tendo como objetivo a pesquisa descritiva para melhor explanação do assunto.

No decorrer da história a Educação Popular tem se afirmado como movimento de resistência no âmbito pedagógico que busca representar as demandas dos setores populares da sociedade. Tendo como principal referencial intelectual da educação brasileira Paulo Freire (1921-1977). É posto como premissa para educação popular confrontar à submissão das experiências e saberes dos atores sociais segregados pela sociedade dominante do capital. Simionato 2009 ratifica a proposta epistemológica de Immanuel Kant reforça a importância da contribuição dos sujeitos por meio de suas experiências, “Buscando superar as concepções dogmáticas de seus antecessores, Kant discute a vinculação entre razão e experiência e as possibilidades de cada uma no processo do conhecimento.”

METODOLOGIA

A investigação foi postulada na análise histórica e obras por meio de pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória, de natureza básica, tendo como objetivo a pesquisa descritiva para melhor explanação do assunto. O trabalho está organizado em cinco partes introdução, referencial teórico, metodologia, resultado da discussão, e considerações finais, onde o primeiro trás uma breve contextualização do tema retratado, o segundo apresenta as bases teóricas, o terceiro explana sobre o método de pesquisa científica utilizada para coleta e análise das informações, o quarto trata permite uma aproximação da histórica com elementos que permeia sua construção, bem como, a educação popular como forma de resistência enquanto movimento político-educativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Karl Marx defendia a ideia que os movimentos sociais fundamentavam-se nos modos de produção, de forma dinâmica entre a sociedade e os meios de produção, e descreve da seguinte forma:

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modificaem sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser[...]. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo. (Marx, 1982, p.180)

Paulo Freire também enfatiza a existência de classes antagonicas, a qual ele define como sectário de direita e sectário de esquerda, onde a primeira utilizasse de métodos de manipulação, impedindo a segunda de avançar na construção de um futuro que contemple sua subjetividades e anseios enquanto sujeito que atua de fato como protagonista de sua própria história. Desta forma ele contextualiza que:

Distinuem-se, na medida em que o primeiro pretende “domesticar” o presente para que o futuro, na melhor das hipóteses, repita o presente “domesticado”, enquanto o segundo transforma o futuro em algo pré-estabelecido, uma espécie de fado, de sinal ou destino irremediável[...]. Pelo contrario, fechando-se em um “círculo de segurança”, do qual não podem sair, estabelecem ambos a sua verdade. E esta não é a dos homens na luta para contruir o futuro, correndo o risco desta própria construção. Não é a dos homens lutando e aprendendo, uns com os outros, a edificar este futuro, que ainda não está dado, como se fosse destino, como se devesse ser recebido pelos homens e não criado por eles (Freire, 1987, p. 14)

Como possibilidade para construção de um projeto societário Paulo Freire contibui no ambito teórico-metodológico afirmando que Educação é um ato político. Utilizando a cultura popular para fomentar uma educação comprometida com a construção de uma consciência crítica dos sujeitos em relação a realidade vivenciada no sentido de torná-lo protagonista na transformação desta realidade. Sendo assim, (Freire, 1987) “A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimido, um dos seus sujeitos”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Ela é concebida como uma filosofia da educação, por ser uma filosofia que analisa, elucida e norteia a sistematização da práxis pedagógica, ao mesmo tempo em que impulsiona e fortalece um movimento social e político na busca pela construção de uma sociedade mais justa,

igualitária, que também respeita a equidade dos diversos sujeitos que compõem esse cenário. Assim podemos começar a entender o significado e a importância da Educação Popular, enquanto movimento social característico da América Latina.

De acordo com Saviani :

Apesar de suas diferenças e particularidades, esses movimentos tinham em comum o objetivo da transformação das estruturas sociais e, valorizando a cultura do povo como sendo a autêntica cultura nacional, identificavam-se com a visão ideológica nacionalista, advogando a libertação do país dos laços de dependência com o exterior. (Saviane, 2008, p.317)

Saviani aponta que o intuito da Educação Popular é provocar a reflexão sobre as desigualdades que existem na sociedade e os pilares que sustentam sua manutenção ao longo da história, bem como, enfatiza a necessidade das classes discriminadas e oprimidas conceberem a consciência das suas vicissitudes e a causa dos infortúnios que as afetam. Para tanto, foi necessário mobilizações educacionais, culturais e artísticas.

Desta forma a Educação Popular convida os mais diversos segmentos da sociedade a construir estratégias para materializar uma transformação societária que represente os anseios das classes populares. Após a leitura de diversos documentos torna-se impossível pensar em educação popular, sem associá-la como elemento fundamental de conhecimento para compreender como se constitui o cenário de disputas de poder. Em plena revolução científica dos séculos XVI e XVII Simionato (2009, p.1) trás o seguinte recorte: “O abandono de uma concepção dogmática e restrita de mundo, alicerçada nas concepções religiosas, terá repercussões não apenas no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética”.

Nas décadas de 1970 e 1980 a educação popular é novamente evidenciada no campo nacional brasileiro paralelamente com os movimentos populares e movimentos urbanos. Esse campo buscava uma identidade própria, e para isso era necessário mergulhar nas experiências vivenciadas e nos fatos históricos que constituíram sua trajetória. Um dos resultados obtidos nessa reflexão histórica é o entendimento da EP como uma práxis político-pedagógica correlacionada às lutas de classes contra a opressão.

A educação popular como metodologia educativa se estabelece através da práxis contínua de crítica ao sistema societário contemporâneo, no combate permanente aos padrões hegemônicos socialmente veiculados. Sua consolidação é firmada nos movimentos de lutas e resistência das classes populares, no intuito de favorecer o desenvolvimento da emancipação humana.

No século XIX houve a compreensão errônea que a educação popular representava uma anarquia no sistema educacional. Igualmente, houve a concepção que a educação popular era

uma prática escolar designada às classes populares, uma vez, que esta lutava pela expansão e o direito de acesso à escola, principalmente as mulheres. No entanto, entre 1960 e 1964, parte da esquerda brasileira elabora e utiliza-se desse elemento em diferentes espaços em prol da luta das classes trabalhadoras na tentativa de melhoras as condições de trabalho, ampliação de direitos e consolidação da cidadania por meio de um novo projeto societário.

A educação popular na década de 60 trás a seguinte concepção de acordo com Saviani:

A expressão "educação popular" assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (Saviane, 2008, p.316)

Saviani pontua a necessidade de imergir na cultura popular conforme as realidades apresentadas pela população rural e urbana. Tal fundamentação teórica é advinda da filosofia marxista e cristã representada pelas lideranças da década de 50.

A metodologia da educação popular teve seu início com a alfabetização de jovens e adultos no nordeste, e posteriormente a proposta expandiu por todo território nacional em 1963 e 1964, igualmente várias partes do mundo utilizaram como exercícios de fundamentação geral.

Enquanto projeto político à educação popular se desenvolve no cenário permeado por conflitos de interesses de classes antagônicas, ao mesmo tempo, que essas classes são compostas por diversos atores e propósitos. Mas a classe dominante busca através da normatização da linguagem, induzir o agir e pensar da classe popular dominada na consolidação do seu projeto societário excludente e explorador.

Ter o controle desse processo de agir e pensar permitirá a manutenção e conseqüentemente a perpetuação do projeto dominante. Esse é o primeiro grande desafio da educação popular, propor uma nova construção de conhecimento, onde todos podem participar e contribuir na formulação de respostas que atendam de forma mais ampla as expressões das desigualdades sociais. A importância de pensamento crítico é colocado por Paulo Freire da seguinte forma:

É que o opressor sabe muito bem que esta "inserção crítica" das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de "imersão" em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como "situação limite", que lhes parece intransponível. (Freire, 1987, P.21)

O autor demonstra que através do conhecimento é possível submergir do estado de subserviência da opressão, uma vez, que a construção de uma consciência crítica permite a libertação do oprimido. Esse conceito é fundamental para educação popular.

EDUCAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Quando se fala em construção de um novo projeto societário é necessário compreender que o atual cenário está comprometido pelas expressões da questão social. Para Yamamoto a questão social é definida como:

... conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se no privado, monopolizado por uma parte da sociedade. (Yamamoto, 2020, P.34)

Yamamoto também associa a questão social às desigualdades políticas, econômicas e culturais das classes sociais, reconhecida nas divergências das relações étnico-raciais e de gênero.

Nesse contexto lutar contra as desigualdades se torna um ato de insubordinação e resistência como demonstra Silva 2013:

Partindo dessa premissa, nossa intenção foi a de demonstrar – com base na historiografia e na sociologia – que a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Decerto, na maioria das vezes, essas lutas tiveram um caráter elitista, mas sempre buscando a participação das massas: lutas pela terra, migrações internas, servidão e extermínio do indígena, movimento negro, liberdade sindical, protestos sociais dos trabalhadores emergentes da industrialização tardia, etc. Na compreensão desse autor, a representação política da questão social constitui-se pelo descontentamento popular expresso nas lutas por reformas sociais, políticas e econômicas que, em conjunturas históricas diversas, adquire sempre uma nova configuração. Portanto, ela ganha visibilidade no mundo da política. (Silva, 2013, p 262)

A autora nesse texto, demonstra a realidade dos conflitos oriundos das contradições inerentes das relações sociais de produção em busca do reconhecimento dos interesses das classes populares, e não apenas os das classes dominantes.

A questão social no Brasil tem suas raízes desde a colonização do território até o contemporaneidade, inicialmente impondo sua forma de acumulação de capital por meio da exploração da força de trabalho no capitalismo, mas também pela estruturação da educação voltada exclusivamente a elite, restando as classes populares a falta de acesso ao conhecimento.

Assim nasce a necessidade da educação popular como elemento de transformação social na América Latina.

Diagnosticou-se a necessidade de mudanças mas também se destacou a importância da EP como espaço educativo da sociedade civil, sua presença como instrumento de organização, formação e desenvolvimento da consciência social junto a inúmeros movimentos populares que lutaram pela transformação de regimes políticos autoritários, liderados por militares ou caudilhos locais. (Gohn, 2002, p. 53)

A necessidade de repensar a educação popular desideologizando suas ações, concebendo

um olhar voltado as intervenções do Estado frente às políticas públicas, em um cenário de mudanças políticas na América Latina, inclusive, transição de regimes militares para democráticos no caso do Brasil. A educação popular abraçou a missão de gerar novos conhecimentos para servir ao grupo beneficiário, redefinindo conceitos principalmente na questão da participação horizontal entre educador/educando.

No novo paradigma - não há algo a ser criado, a partir da animação de um agente externo educador ou o facilitador - em termos de uma politização que desperte o educando para suas condições concretas de vida, em termos da pobreza e suas causas, de interesses de classe explorada e oprimida, de direitos sociais básicos que lhes estão sendo negados pelas elites e outros. (Gohn, 2002, p. 54)

Nesse texto Gohn exalta a tomada de consciência da classe oprimida como forma de gerar uma reação de confronto com o recebido, suas experiências, possibilitando uma reformulação de seus conhecimentos e experiências quanto sua visão de mundo.

A obra de Paulo Freire e sua abordagem da realidade têm um caráter multidisciplinar e contempla diversas dimensões, destacase a do educador-político. Freire postula uma educação libertadora e conscientizadora, voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação de si próprios e do meio social onde vivem. (Gohn, 2002, p. 62)

A educação popular na América Latina foi de suma relevância para os movimentos populares, sempre buscando respeitar com a realidade dos indivíduos envolvidos, enquanto sujeitos políticos que precisam assumir o protagonismo da transformação societária almejada.

Com a inserção do método de Paulo Freire nasce a possibilidade de torna a educação gradativamente emancipatória, ou seja, em oposição à hegemonia dos programas educacionais tradicionais que eram condicionados pela influência norte-americana. A proposta freiriana foi de uma educação libertadora que pudesse conscientizar os sujeitos e conseqüentemente gerar uma mudança na sociedade. Essa mudança permitiria a construção de uma sociedade mais justa e igualitária no processo de participação social e política, propiciando a consolidação de fato do pleno exercício da cidadania.

A participação social consciente no processo democrático favorece o enfretamento das desigualdades na busca por uma nova ordem societária. No passado a educação popular difundida nas lutas sociais conquistaram direitos através da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais proporcionaram visibilidade as demandas das classes populares.

Freire fomenta uma metodologia de cultura popular que educa e politiza o educando simultaneamente, e traz a consciência de sua condição de subalternidade e opressão pode ser modificada por meio práxis.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos



homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade se está, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (Freire, 1987, p 20)

A compreensão adquirida pela tomada de consciência provoca uma inserção crítica na realidade opressora como forma de alcançar a superação, através da práxis proveniente do processo de reflexão ação dos homens no mundo para transformá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo conclui a discussão do tema compreendendo a necessidade de formulação de estratégias para articular as experiências populares com o poder público, igualmente, os movimentos populares precisam repensar o fortalecimento de suas ações na luta por um novo projeto societário de fato democrático.

Compreender a práxis da reflexão ação proposta pela educação popular às massas populares poderão organizar-se para luta contra o controle hegemônico predominante, e construir um novo cenário político participativo, inclusivo, democrático e justo. Uma sociedade composta por classes antagônicas de interesses divergentes, onde os oprimidos experimentam a tomada de consciência de sua condição mediante a troca dos saberes e experiências, permitindo assim, sua libertação intelectual quanto a sua real condição no atual contexto societário dominante.

O dialogo é fundamental para articulação e fortalecimento dos movimentos sociais nos espaços de disputa de poder, apropriando-se dos meios de publicidades para gerar visibilidades das demandas populares.

A educação popular ao longo da história possibilitou a construção de diversas formas de organização das classes populares permitindo novas táticas de inserção no núcleo do poder. Paulo Freire deixou em seu legado a missão do desenvolvimento da educação popular, que é vista como um ato de rebeldia, indignação, ao mesmo tempo, que liberta a consciência da influencia opressora, propiciando uma vivencia individual e coletiva disposta a contribuir para reformulação de relações sociais mais humanas.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque. Et al.. **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Imprece, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma**. ETD: Educação Temática Digital. v. 4. n. 1. Campinas, 2002. Disponível em:. Acesso em 11 jul.



IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 27ª ed. – São Paulo: Cortez, 2020.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) / ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.